

## **Mortalidade materna no Brasil retoma níveis pré-pandemia, mas estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste seguem acima da meta da ONU**

*Apesar da tendência nacional de retomada dos índices, Roraima, Piauí, Goiás e Rio Grande do Norte permanecem em níveis comparáveis aos da pandemia*

**São Paulo, maio de 2026** –A razão de mortalidade materna (RMM) no Brasil retomou os níveis pré-pandemia, com 1.347 mortes, ou 56,4 óbitos por 100 mil nascidos vivos em 2024. Na contramão da tendência nacional, porém, os estados de Roraima, Piauí, Goiás e Rio Grande do Norte continuam com níveis elevados da RMM e permanecem acima da meta de até 70 mortes por 100 mil nascidos vivos estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), para 2030.

Roraima apresentou a RMM mais elevada do país em 2024, com 132,4 mortes por 100 mil nascidos vivos, superior à taxa nacional de 114,2 registrada em 2021, no auge da pandemia e no pico da série histórica. Em seguida, aparecem Piauí, com 88,2 mortes por 100 mil nascidos vivos; Goiás, com 76,5; e Rio Grande do Norte, com 76,5. Os dados são do DATASUS-SIM e estão disponíveis no Observatório da Saúde Pública, da Umane, organização que fomenta iniciativas no âmbito da saúde pública no país. “Os números evidenciam que a redução da mortalidade materna ainda ocorre de forma desigual no Brasil. É preciso ter cuidado e realizar uma análise das tendências em cada estado, especialmente em locais como Roraima, que registra cerca de 12 mil nascidos vivos por ano, o que torna cada óbito materno um acréscimo de 8 pontos no indicador. Independentemente disso, sabemos que grande parte da mortalidade materna é evitável e que suas causas podem ser identificadas e resolvidas na interação da gestante com os serviços de saúde e proteção social oferecidos antes, durante e logo após o parto, para garantir a identificação precoce de potenciais riscos e um pré-natal adequado às condições da gestante, especialmente em regiões ou grupos mais vulneráveis”, afirma Evelyn Santos, gerente de investimento e impacto social da Umane.

As desigualdades observadas entre os estados se sobrepõem aos indicadores de acesso ao pré-natal em cada região, conforme revela estudo do Centro Internacional de Equidade em Saúde (CIES), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em parceria com a Umane. Segundo o levantamento, a cobertura de sete ou mais consultas de pré-natal, mínimo recomendado pelo Ministério da Saúde, é mais baixa na região

Norte, em torno de 64%, enquanto o Sul registra patamar próximo de 86%. A pesquisa aponta, ainda, que uma em cada cinco gestantes brasileiras não recebia o cuidado mínimo de sete consultas de pré-natal em 2023. O estudo também mostra que, conforme aumenta o número de consultas recomendadas, cai progressivamente a proporção de gestantes que conseguem completar o acompanhamento. “A constatação de que ainda temos 1 em cada 5 gestantes sem realizar pelo menos as 7 consultas recomendadas pelo MS é importante. Mas números globais escondem desigualdades importantes. Na região Norte, 4 em cada 10 mulheres não têm 7+ consultas, entre as indígenas, 5 em cada 10, e entre as indígenas com menos de 4 anos de escolaridade, mais de 6 em cada 10 não conseguem 7 consultas. Essa informação é essencial para o planejamento dos serviços se queremos equidade na atenção ao parto, não deixando ninguém para trás”, afirma Aluísio Barros, diretor do Centro Internacional de Equidade em Saúde da Universidade Federal de Pelotas (CIES/UFPel) e coautor do estudo.

## **Sobre a Umane**

A **Umane** é uma organização da sociedade civil, independente, isenta e sem fins lucrativos que **apoia iniciativas no âmbito da saúde pública com o objetivo de contribuir para um Sistema Único de Saúde (SUS) mais resolutivo e de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no Brasil**. Em 2025, a Umane apoiou 35 projetos, realizados de forma colaborativa com 97 parceiros, entre diversos setores da saúde, da sociedade civil e do poder público.

A atuação da Umane se dá por meio de três programas: o de **Atenção Integral às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)**, com iniciativas de controle dos fatores de risco, rastreamento, ampliação do acesso à saúde e ao monitoramento dos fatores de risco na Atenção Primária à Saúde; o **Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS)** como ordenadora do cuidado no SUS, por meio do apoio a iniciativas que visem melhorias operacionais, de produtividade de equipes, de integração de serviços e da incorporação de novas tecnologias ao sistema de saúde e o programa **Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**, financiando programas que acompanhem e monitorem desfechos desfavoráveis durante a gestação e as condições de saúde de crianças e adolescentes no contexto das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e dos fatores de risco. Acompanhe a **Umane** nas redes sociais: [LinkedIn](#) e [Instagram](#).

## **Mais informações:**

**Analítica Comunicação – Assessoria de Imprensa da Umane**

# UMANE

Lucas Assumpção – [lucas.assumpacao@analitica.inf.br](mailto:lucas.assumpacao@analitica.inf.br) (11) 94494-6787

Daniela Garrafoli - [daniela.garrafoli@analitica.inf.br](mailto:daniela.garrafoli@analitica.inf.br) (11) 98611-8589